



I

No próximo dia 11 de Outubro, numa organização conjunta do Comité Olímpico de Portugal (COP) e do Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ), convidámos todas as federações desportivas com modalidades inscritas no programa dos Jogos Olímpicos para um exercício avaliativo sobre a participação desportiva nos Jogos do Rio 2016 e bem assim a extrair ensinamentos suscetíveis de ajudar a melhorar a nossa participação nos próximos Jogos Olímpicos em Tóquio 2020.

Com vista a situar essa avaliação, e sem prejuízo da liberdade de cada um dos intervenientes em abordar o tema pela perspetiva que considera a mais adequada, entende o COP submeter à reflexão um texto de abordagem que de algum modo ajude a contextualizar o nosso trabalho de avaliação.

II

Os fatores críticos de sucesso no alto rendimento desportivo, e em particular nas políticas e estratégias de preparação olímpica, configuram o núcleo essencial no diagnóstico da competitividade desportiva de um país.

Identificá-los, avaliar a sua preponderância e potencial de desenvolvimento; aprofundar a sua interdependência, ou como se configuram na especificidade de cada modalidade e se articulam a montante com outras políticas públicas e associativas, constituem critérios determinantes para gizar, com rigor e eficiência, orientações programáticas e medidas corretivas para uma terapêutica eficaz.

Os condicionalismos estruturais no desenvolvimento desportivo do país comprometem um rigoroso escrutínio social dos resultados dos programas de preparação olímpica pelos órgãos de comunicação social, mais ou menos especializados, mas também pela comunidade científica e pelas organizações desportivas.



Estamos, por isso, mediaticamente sujeitos e condicionados à ditadura das medalhas. Avalia-se a participação olímpica quase exclusivamente pelo que é mediaticamente relevante: as posições de pódio.

Este exercício é comum à generalidade dos países. E o tema, como é próprio dos assuntos de elevado grau de mediatização, suscita a escrita e o debate de imensas pessoas. Umas preparadas, outras menos preparadas e outras claramente impreparadas.

Portugal não escapa a este afã e todos quantos estão ligados ao desporto são sensíveis aos resultados que os atletas nacionais alcançam. E aos debates e polémicas suscitadas a esse propósito. É natural que sobre o ocorrido surjam várias leituras.

Uma dessas leituras remete até para um simplismo explicativo: qualquer êxito alcançado seria mérito dos atletas e qualquer insucesso culpa da política desportiva, do Governo, dos dirigentes desportivos ou de qualquer outra causa que prejudica o trabalho de participação e representação desportivas dos atletas.

O desporto de alto rendimento (e por arrasto uma preparação olímpica) são atividades de custos muitos elevados. Operando num contexto internacional a competitividade atingida pelo alto rendimento é muito determinada pelas economias dos respetivos países e o que elas libertam (de forma pública e privada) para a respetiva preparação desportiva.

É verdade que não existe determinismo entre o valor da competitividade desportiva das nações e a sua riqueza ou poderio económico, mas é um fator condicionante. A consulta a qualquer relatório sobre as despesas dos Estados (públicas e/ou privadas) comprova-o. E permite verificar que há países que gastam com uma modalidade o que outros gastam com toda a preparação olímpica.

O que Portugal gasta é, comparativamente a uns países pouco, a outros muito. Mas é o que a economia e a riqueza do país e as opções políticas possibilitam. Pelo que o centro da reflexão se deverá centrar mais em saber se pode ou não o desporto português progredir e alcançar um outro plano de excelência-nacional e internacional- compatível com os recursos que o país pode dispensar.



Dito de outro modo: saber se as limitações existentes esgotaram o potencial de crescimento desportivo do país ou, pelo contrário, ainda é possível, com o mesmo nível de recursos fazer melhor.

Sem rigor e profundidade no diagnóstico reduz-se a eficácia da terapêutica, mais exposta ao experimentalismo da tentativa-erro ou ao inevitável tropismo de repetir opções de sucesso num passado distante do contexto atual, limitando assim o potencial de criação de valor desportivo olímpico por unidade de investimento.

Ora, quando esse investimento provém maioritariamente de recursos públicos a prestação de contas atende mais à conformidade com o cumprimento da norma e a justificação da despesa do que à explanação das opções tomadas para rentabilizar os recursos, naturalmente escassos, numa ótica de ganhos de eficiência e criação de valor desportivo.

Quer isto dizer que estamos perante uma fatalidade irresolúvel? Não necessariamente.

Mas às organizações desportivas, a começar pelo COP, cabe um papel irrenunciável para alterar este panorama. Cabe-nos transformar a prestação de contas mais do que numa formalidade contabilística, num contributo imprescindível para diagnosticar os aspetos críticos e as variáveis determinantes no desempenho desportivo das missões olímpicas.

E para que perante a comunidade que servimos, e que nos vai avaliando, sejamos credores de confiança. Só o seremos se formos exemplares nas avaliações que fazemos.

Subsistir, ciclo após ciclo olímpico, em invocar variáveis estruturais e sistémicas como principais fatores explicativos de tal desempenho é o melhor contributo que podemos dar para perpetuar debilidades que tantas vezes criticamos, mantendo-as submersas e ausentes do espaço de discussão e reflexão.

O que o sistema desportivo precisa é de ser discutido publicamente de uma maneira que se não resuma ao mero ruído de circunstância em que a maledicência se transforma em regra. Que nada acrescenta a uma situação



que está para além das pessoas e dos lugares que ocupam. O que o sistema desportivo precisa é de um discurso que tenha alguma ambição teórica e analítica e que não recorra às questões sistémicas para explicar debilidades de âmbito técnico-desportivo.

Por maiores que sejam as limitações a um diagnóstico profundo, baseado em informações e indicadores de análise sistematizados basta um pouco de bom senso para, no mínimo, duvidar que as variáveis sistémicas sejam preponderantes para explicar porque um atleta que ao longo de um ciclo olímpico de quatro anos obteve regularmente classificações, marcas e resultados num determinado nível fique aquém dessas referências quando compete nos Jogos Olímpicos.

Estamos de acordo que os indicadores de participação desportiva da população; do desporto escolar; do consumo de bens e serviços desportivos; de literacia desportiva; do financiamento ao desporto; do parque desportivo nacional; dos recursos qualificados para o alto rendimento desportivo; da oferta logística qualificada para o alto rendimento são fatores estruturantes que debilitam o desenvolvimento desportivo do país e limitam a nossa capacidade competitiva.

Mas terão estas variáveis sistémicas, a que frequentemente lançamos mão nestes momentos de rescaldo, a maior intensidade de relação com o desempenho de atletas nos Jogos abaixo daquele com que se qualificaram - e que confirmaram ao longo de quatro anos? Haverá sequer uma linearidade nessa relação?

Serão estas variáveis aquelas que apresentam mais forte correlação para a tendência de um número significativo de atletas obterem resultados no Rio de Janeiro aquém daqueles com que se qualificaram? Ou de atletas não conseguirem resultados de acordo com o seu nível de integração no Plano de Preparação Olímpica (PPO)?

Vivemos anos de forte constrangimento financeiro às nossas federações desportivas designadamente no domínio dos Projetos de Alto Rendimento. Mas é solução procurarmos no PPO a resposta para os problemas dos Projetos do Alto Rendimento das Federações e para os Atletas que não garantem a qualificação para os Jogos Olímpicos?



A taxa de insucesso entre atletas apoiados e atletas apurados melhorou, mas mantém ainda níveis de insucesso preocupantes. Se queremos implementar medidas corretivas e fatores geradores de eficiência no PPO não podemos omitir esta discussão, que é a mais relevante e determinante que agora podemos fazer.

Se acreditamos nos méritos da gestão do PPO pelo COP em coordenação com as federações como a melhor via para esse fim, o qual se projeta muito para além da agilização de compromissos financeiros tendo em vista melhorar a competitividade das nossas missões, não podemos abdicar de uma visão crítica sobre as nossas organizações, bem como sobre o papel do COP e das federações desportivas, pois aí reside o maior valor heurístico para resolver esta equação.

Reforçando sinergias e ganhos de escala com o COP, cada Federação olímpica tem de investir fortemente na coesão entre direções, responsáveis técnicos, treinadores, equipas multidisciplinares e atletas, com base num programa comum, tendo os Jogos como horizonte.

Importa, pois, analisar, na realidade de cada modalidade e na sua articulação com o PPO, bem como na coordenação do COP, que tipo de recursos potenciam esse investimento e como se articulam para alcançar tais ganhos, pois os recursos financeiros, por si só, estão longe de alavancarem estratégias de mudança sem a eficaz complementaridade de recursos técnicos, materiais, científicos, organizacionais, jurídicos, políticos e estratégicos.

Cumpre-nos, em primeira instância, e perante a complexidade do desempenho desportivo de alto rendimento, contribuir para clarificar a diversidade de fatores críticos que concorrem para explicar o seu sucesso, rompendo com um escrutínio mediático superficial que circunscreve os resultados dos atletas no Rio a uma mera análise unipolar de custo-benefício, ou fundada apenas em variáveis sistémicas.

Não duvidamos que todos os atletas tenham dado o seu melhor no Rio. Mas o seu melhor naquele momento foi inferior ao seu melhor em outros atos competitivos. Porque o contexto competitivo foi determinante? Porque alguns dos atletas não estavam no seu melhor momento de forma? Porque abordagem ao ato competitivo não foi a melhor? Os fatores conjunturais



prevalecem sobre os fatores estruturais? Os elementos sincrónicos impõem-se aos elementos diacrónicos?

Se não soubermos responder a estas interrogações dificilmente poderemos alterar esta situação em futuras edições dos Jogos.

Precisamos de nos focar no desempenho específico nos Jogos face ao referencial de apuramento e integração de cada atleta.

Precisamos de avaliar numa escala temporal alargada as limitações em apurar mais atletas, em mais modalidades e com maior potencial de alcançar resultados de topo.

Perante as precariedades sistémicas conseguimos potenciar os recursos investidos? Quais os fatores conjunturais a melhorar? Em cada federação? Na coordenação com o COP? Na relação com o Estado? Como suprir condicionalismos hierárquicos e rentabilizar parcerias colaborativas em rede gerando maior eficiência no compromisso com objetivos, metas e indicadores de desempenho desportivo numa estratégia com horizonte temporal de três ciclos olímpicos?

Se não soubermos responder a estas interrogações dificilmente poderemos alterar esta situação em futuras edições dos Jogos. Dispensarmo-nos deste exercício, na nossa esfera direta de intervenção, torna-nos complacentes com determinações externas desadequadas que amiúde denunciámos, mas cuja omissão é cúmplice, retirando-nos credibilidade para reclamarmos mudança, mormente em políticas e estratégicas vitais para a competitividade desportiva do país.

É este desafio avaliativo que a todos lançamos, não para um exercício de catarse coletiva, menos ainda para culpabilizar este ou aquele, mas para encontrarmos na reflexão conjunta as melhores respostas de modo a corrigir o que o justificar e a elevar o nível competitivo das nossas participações em futuros Jogos Olímpicos.

Lisboa 3 de Outubro 2016

Comité Olímpico de Portugal